

A presença dos *media* nos diários pessoais

MÁRIO MESQUITA *

Nous avons besoin de la littérature et nous devons prendre garde à ne pas nous enfermer dans les disciplines inhumaines que nous appelons «sciences humaines».

EDGAR MORIN¹

Este artigo apresenta-se como ensaio, na medida em que corresponde «a uma forma de transição que o autor adopta precisamente porque nem as questões nem as respostas estão ainda suficientemente amadurecidas para serem expressas sob uma forma directamente conceptual»² (Goldmann, 1965: 241).

Este trabalho é ensaístico no sentido etimológico: esboça a aproximação a uma problemática em aberto, que visa projectar-se no futuro. O ensaio não visa «transmitir um saber constituído, mas um *work in progress*» (Lits, 1994: 7). Convém por isso enunciar alguns dos seus limites, esclarecendo, desde logo, que a escolha dos diários analisados não obedece a outro critério que não seja o do meu arbitrário percurso de leitura.

Não me moveu a preocupação de traçar qualquer demarcação cronológica, embora todos os diários respeitem ao século xx. Por isso mesmo, são abrangidos autores de expressão portuguesa, como Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, José Régio, Gilberto Freire, Carlos Drummond de Andrade, Vergílio Ferreira, José Saramago,

* Professor adjunto da Escola Superior de Comunicação Social, e professor convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Membro cooptado do Conselho Geral da Universidade dos Açores e da Universidade Aberta.

Cristóvão de Aguiar ou Mário Brochado Coelho, além de André Gide, Thomas Mann, Phillipe Sollers, Jean-Marie Domenach, Françoise Giroud ou Régine Deforges. Alguns valerão pela qualidade literária, outros pelo valor testemunhal, outros ainda reunirão as duas dimensões.

Muito embora a maioria das obras analisadas seja da autoria de escritores (ficcionistas) consagrados, outras pertencem a categorias mais ambíguas. A leitura de *1994 – Um Ano Sísifo*, do sociólogo Edgar Morin, esteve na origem da «exploração» deste vasto território, tentando verificar de que forma se tocam, influenciam ou entrelaçam os diários e os *media*. Não se me afigura necessário, para os objectivos deste trabalho, ensaiar uma classificação dos diários analisados, embora se sublinhe a diferença entre as obras destinadas a divulgação póstuma (por vezes sujeitas a embargo) ou, pelo menos, diferida no tempo, e os livros resultantes de solicitações de casas editoras, com vista a publicação em data próxima.

1. O acontecimento diarístico

O que aproxima os diários íntimos dos jornais diários? À primeira vista, parece, tudo os deveria distanciar. Para o jornalista, em especial na área noticiosa, estará em causa um discurso informativo, por via de regra anónimo e acessível a públicos vastos, com níveis culturais diversificados. Para o diarista estaria idealmente em causa uma forma de expressão personalizada, um cuidado trabalho formal, visando destinatários, porventura, idealizados, que tanto se podem projectar na figura, real ou imaginária, de um contemporâneo, como de um leitor situado num futuro longínquo e indeterminado. Muito embora um autor como José Régio, diarista pouco convicto quanto às virtualidades do «género», afirme: «Um diário é informe ou disforme, desconexo, espontâneo, sei lá! Não é só, ao menos pela forma, – uma obra de arte» (Régio, 2000: 81).

Sob o ponto de vista etimológico, parece haver alguma harmonia: jornal e diário. Anota-se, desde logo, a convergência do tempo quotidiano que, num e noutro caso, se anuncia como o ritmo adoptado pelo escritor ou pelo jornalista. À primeira vista, ambas as palavras se referem ao quotidiano: a formas de escrita registadas dia-a-dia. Mas, pelo menos em teoria, o discurso do jornalismo e da informação situa-se noutro plano em face do diário íntimo ou pessoal. De um lado, o serviço social informativo, subordinado ao seu implacável cronómetro; do outro, a confissão intimista ou, pelo menos, a respectiva simulação.

Neste ensaio limito-me a identificar alguns pólos de hipotética confluência ou divergência entre diaristas e jornalistas. Se o jornalista trabalha sobre acon-

tecimentos que descontextualiza, subtraindo-os à torrente do quotidiano, para os reconfigurar em discurso informativo e nos dispositivos de comunicação, o diarista, também ele, actua como uma espécie de repórter por conta própria, conforme sustenta Henry D. Thoreau, numa autodefinição algo irónica, ao dizer, referindo-se ao seu diário pessoal, que «desejava ser repórter de um jornal sem grande tiragem...» (White, 1994 : 276).

Não será esse o único ponto de contacto na reconstrução dos eventos no registo do diário e na linguagem do jornalismo. Aparentemente, os critérios de «selecção» do diarista não se afastam dos «valores-notícia» do editor. «Os autores de diários», sustenta Eugénio Lisboa, «tendem a ser um pouco como os jornalistas: consideram que são sobretudo notícias as más notícias» (Lisboa, 2000: 22). Os acidentes, as catástrofes, as crises e as mortes irrompem no discurso do diário íntimo com frequência semelhante àquela com que surgem nos noticiários, talvez por não corresponderem apenas a imperativos de mercado, mas porque se enquadram na moldura de velhas narrativas antigas inscritas na tradição.

É sugestiva a imagem, enunciada por Thoreau, do diarista como repórter para publicações de circulação reduzida, mas o «contrato de leitura» de um e do outro é de natureza diversa. O diário íntimo destina-se a um leitor implícito, que pode existir no presente ou no futuro, consoante a divulgação for imediata, póstuma ou sujeita a embargo. Roger Martin du Gard, por exemplo, deixou exarado em disposição testamentária que o seu diário só poderia ser editado trinta anos após a sua morte. É certo que, como escreveu ironicamente António Machado, através da voz do «seu» professor de filosofia (personagem de ficção) Juan de Mairena: «Dos diários íntimos dizia o meu mestre que nada lhe parecia menos íntimo do que esses diário» (Machado, 1991: 178). Contudo, o conceito tradicional de diário incluía o pressuposto do «segredo» – «segredo» que só seria revelado sob certas condições. Pelo contrário, o «contrato informativo» visa a divulgação, rompendo, sempre que possível, com as barreiras do secretismo. Além disso, o jornalista visa o «grande público», através do tempo imediato dos circuitos mediáticos, enquanto o destinatário do «diário» é seguramente mais restrito, porventura, elitista e sofisticado.

«O dom supremo do diarista [...] consiste em achar o trivial atraente», escreve John Carey (cit. por Lisboa, 2000: 21). Tal como o jornalista, quando trabalha o *fait divers*, o autor do diário incide, frequentemente, sobre banalidades do quotidiano. Noutras ocasiões, escolhe como tema eventos que apenas dizem respeito à sua vida pessoal, familiar e intelectual, sem esquecer as ocorrências internas ao próprio «campo literário»: os prémios literários (nalguns diários erigidos em obsessão), as críticas ou impressões sobre os livros, as polémicas, os elogios, as rivalidades e as

invejas... Mas, a par desses microeventos, igualmente retêm, ou comentam, acontecimentos que se elevam às categorias do «histórico» ou do «mediático».

As *Páginas do Diário Íntimo*, de José Régio, contam-nos um desses microacontecimentos, datado de Junho de 1937, que os jornais da época salazarista, por força da censura, remetiam ao silêncio: o processo disciplinar movido ao professor do secundário Alberto de Miranda, botânico, colega de Régio no Liceu de Portalegre (Régio, 2000: 60).

No diário de Miguel Torga, o dia da substituição de Salazar, já em estado de vida latente, por Marcelo Caetano situa-se em plano muito diverso daquele em que se poderia colocar o noticiário ou mesmo o comentarista jornalístico, para mais naquela época, subordinados ao crivo da censura prévia. Desde logo, os efeitos produzidos pelo texto do diarista inscrevem-se num registo distanciados, diferidos no tempo, substancialmente diversos da intencionalidade persuasiva visada pelo autor do editorial ou do comentário:

A caminho de Lisboa, 26 de Setembro de 1968 – A rádio acaba de transmitir a notícia que Salazar, em coma, foi exonerado e substituído na Presidência do Conselho. Na História do mundo nada aconteceu, mas na de Portugal acabou um reinado, uma época – trágica, como se há-de ver –, uma maneira específica de governar, qualquer que seja a vontade do sucessor. Não existem heranças carismáticas. As circunstâncias, uma inteligência impassível, um certo sentido de grandeza pessoal, o conhecimento satânico do preço dos homens, a obstinação, o oportunismo, a ousadia, a crueldade e o desprezo podem num dado momento fazer do mais apagado indivíduo um chefe providencial. Mas quando o ídolo, ou o déspota, obrigado pela força ou pela erosão do tempo, é removido do pedestal, leva anos, às vezes séculos, a surgir outro. De maneira que tão cedo não estamos em perigo de novo ditador, mesmo que a nostalgia de alguns o sonhe ressuscitado. Resta apenas perguntar o que vai ser agora do nosso espírito bambo, mole, incapaz de encontrar sozinho a tensão de que todo o espírito activo necessita. Se hábitos de liberdade e aliviados da carga do opressor, que alimentava em nós, apesar de tudo, um salutar complexo de Édipo, a que outra razão de luta iremos pedir energias? Por quem substituiremos o pai tirano que combatíamos? (Torga, 1995: 1272)

Esta reflexão, na hora da substituição do ditador, seria obviamente impubli-cável na imprensa da época, submetida à vigilância censória. Mas, ainda que, por hipótese absurda, o fosse, dificilmente coincidiria com o ponto de vista do comentarista ou editorialista da imprensa, forçado, pela lógica do jornal, enquanto actor político, a silenciar as perplexidades ou a reservá-las para as entrelinhas, a fim de argumentar, prever ou apontar linhas de acção para o futuro.

A assinatura do jornalista é um sinal de uma autoria partilhada com o jornal, enquanto colectivo, ao passo que o diarista é autor no sentido pleno da palavra, responsável único pelo texto que subscreve. No conjunto das formas de expressão

jornalísticas, o «género» mais adequado para acolher este estilo de reflexões fragmentárias seria, porventura a crónica, lugar privilegiado de inserção do escritor no jornalismo e do jornalista na zona da paraliteratura.

Da mesma forma, quando se refere à Revolução do 25 de Abril, Torga, em contraste com a euforia dominante na imprensa, adopta o tom interrogativo, assume a perplexidade e a dúvida:

Coimbra, 25 de Abril de 1974 – Golpe militar. Assim eu acreditasse nos militares. Foram eles que, durante os últimos macerados cinquenta anos pátrios, nos prenderam, nos censuraram, nos apreenderam e asseguraram com as baionetas o poder à tirania. Quem poderá esquecê-lo? Mas pronto: de qualquer maneira é um passo. Oxalá não seja duradoiramente de parada... (Torga, 1995: 1146)

No relato da eufórica manifestação do 1.º de Maio, na «sua» cidade de Coimbra, o narrador ocupa-se sobretudo da sua própria personagem, perspectivada na postura do intelectual dividido entre a partilha da emoção colectiva e o recuo crítico que a si próprio impõe:

Coimbra, 1 de Maio de 1974 – Colossal cortejo pelas ruas da cidade. Uma explosão gregária de alegria indutiva a desfilas diante das forças de repressão remetidas aos quartéis. – Mais bonito do que a Rainha Santa... – dizia uma popular. Segui o caudal humano, calado, a ouvir vivas e morras, travado por não sei que incerteza, sem poder vibrar com o entusiasmo que me rodeava, na recôndita e vã esperança de ser contagiado. Há horas que são de todos. Porque não havia aquela de ser também minha? Mas não. Dentro de mim ressoava apenas uma pergunta: em que oceano de bom senso iria desaguar aquele delírio? Que oculta e avisada abnegação estaria pronta para guiar no caminho da história a cegueira daquela confiança? A velhice é isto: ou se chora sem motivo, ou os olhos ficam secos de lucidez. (Torga, 1995: *idem*)

Curiosamente, noutro diário, de publicação mais recente, o mesmo quadro histórico e litúrgico do 1.º de Maio em Coimbra aparece com Miguel Torga como figura de proa, relevante e caucionadora da adesão popular. Intitula-se *Relação de Bordo*, o diário de Cristóvão de Aguiar, cuja geografia abrange Coimbra, cidade de adopção, Açores, arquipélago de origem, Guiné, terreno de combate, e a Nova Inglaterra, terra de emigração da família e de muitos conterrâneos.

Logo o título nos sugere a aproximação às primeiras folhas noticiosas impressas, não periódicas, precursoras do jornalismo português, que, por via de regra, se chamavam Relações e contavam viagens, descobertas e naufrágios. Mas voltemos a Coimbra e ao 1.º de Maio por via do testemunho de Cristóvão de Aguiar:

Coimbra, 1 de Maio de 1974 – Nunca vi um dilúvio de gente desta natureza em toda a minha vida. [...] Era um tejo transbordando de povo correndo da Praça da República até ao Estádio Universitário, na margem esquerda do Mondego. Miguel Torga seguia perto de mim. Procurei ler-lhe no rosto o que lhe ia na alma. Não consegui. Mas a sua presença na grandiosa procissão cívica deu ao acontecimento uma garantia de seriedade patriótica – a Poesia e a Revolução de mãos dadas pela avenida abaixo. [...] Ajuizando pela multidão que seguia no cortejo de Coimbra e em todos os outros que vi, à noite, pela televisão, deu-me a ideia de que toda a gente deste País estava ansiando pela democracia. Mas, não serão democratas a mais numa nação tão pequena? É já tempo de começar a desconfiar de tanta fartura. (Aguar, 1999: 124)

Também aqui o diarista guarda distância, adere e distancia-se, mergulha no entusiasmo popular, mas reserva a sua margem de dúvida, a sua dose de distância crítica: «não serão democratas a mais [...]?»

As tecnologias e os dispositivos mediáticos foram-se sucedendo ao longo do século passado. Se no diário de Torga, o autor regista que lhe chegou pela rádio a notícia da substituição de Salazar, na *Conta-Corrente*, de Vergílio Ferreira, será na condição de telespectador que o diarista acompanha a cerimónia fúnebre do primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro. A telecerimónia do funeral de Sá Carneiro, emitida, em vésperas de eleições presidenciais, ao longo de mais de sete horas de directo televisivo, aparece descrita no diário de Vergílio Ferreira, na entrada relativa ao sábado 6 de Dezembro de 1980:

Hoje foi um dia de mortos. Todo o dia a TV transmitiu as cerimónias fúnebres dos que morreram no desastre. Agora mesmo, às 17 horas, o espectáculo continua. Uma mole enorme de gente vai acompanhando o funeral de Sá Carneiro até ao Alto de S. João. Começou nos Jerónimos, vai passando agora na Rotunda. E a massa humana avoluma-se à medida que o cortejo progride. Que é que significa isto? Em termos prático-políticos, significará um grande acréscimo nos votantes de Soares Carneiro nas eleições de amanhã? Já com um possível triunfo à vista na primeira volta? Humanamente não significa nada, excepto o que deriva de um contágio ou excitação com o acentuar visível de um sentimento. Numa febre colectiva um indivíduo torna-se facilmente febril. É assim quase viável e menos anedótica a anedota da mulher que se suicida porque a cebola que picava a fez chorar. No sermos nós e a nossa «circunstância» (Gasset), a qualidade de um homem mede-se pelo tamanho que de si ele furta à circunstância. As massas têm uma circunstância quase do tamanho delas próprias, ou seja, do que é cada um, fora do que em cada um é só massa [...]. (Ferreira, 1983: 181)

A mesma atitude distanciada, reflexiva e crítica do escritor perante o evento, como se o objecto do diarista não fosse a descrição do acontecimento em si mesmo, mas das imagens que construiu e das perplexidades que gerou na «cabeça» do escritor.

No diário de Thomas Mann também surgem comentários aos megaacontecimentos da época. De entre os que mais «tocam» o escritor, no plano emocional, situa-se o falecimento de Roosevelt, a 12 de Abril de 1945:

À tarde, tomámos conhecimento da morte de Franklin Roosevelt. Recusei uma declaração improvisada na rádio. Com K. e Mme Kahn, redacção de um longo telegrama à Sr.^a Roosevelt. Durante a noite ouvimos muito a rádio, emocionados pelas homenagens e condolências vindas de todo o mundo. Isto choca-me muito [...]. (Mann, 2000: 224)

Mann anota no diário (a 7 de Maio de 1945) a sua reacção imediata perante a capitulação da Alemanha, no final da Segunda Guerra Mundial, observada da Califórnia, onde o escritor então reside. A reacção dividida, matizada, amarga, a prenunciar as hesitações relativas ao regresso à Pátria alemã:

A capitulação da Alemanha foi proclamada [...]. O que sinto não é especialmente uma grande alegria. [...] Bem entendido, o governo alemão actual é apenas episódico, mero instrumento da capitulação [...]. Quanto ao resto, irá passar-se isto ou aquilo com a Alemanha, mas não se passará nada na Alemanha, e falta, até agora, qualquer rejeição do nazismo, qualquer palavra dizendo que a tomada do poder foi uma terrível infelicidade e que o facto de a aceitar e de a favorecer foi um crime de primeira grandeza. A recusa e a condenação dos actos do nacional-socialismo no interior e no exterior, a declaração de que se deseja voltar à verdade, ao direito, à humanidade, onde estão eles? (Mann, 2000: 230)

O acontecimento mediático esgota-se, por vezes, no inexplicado, no mistério de um discurso que, em determinados momentos, sob a secura informativa própria da agência noticiosa, noutros com recurso à dramatização de televisões, rádios e primeiras páginas, se fecha ao questionamento, à dúvida ou à perplexidade. Ainda quando incide sobre a mesma ocorrência, o acontecimento diarístico evidencia, ou encena, a perturbação, as reflexões, as hesitações interpretativas do autor.

Acerca da presença do acontecimento nos diários pessoais, João Bigotte Chorão afirma, abonando-se nas palavras do escritor brasileiro Lúcio Cardoso: «Não são os acontecimentos que fazem um diário, mas a ausência deles» (Chorão, 2000: 168).

A partir deste juízo de valor, Bigotte Chorão distingue os diários em «exteriores» e «interiores». Transforma essa suposta «exterioridade» (ou «interioridade») em categoria analítica e valorativa. Como se os acontecimentos, ao serem acolhidos no diário, não fossem absorvidos e interiorizados pelo diarista, transformados

em construção sua. Como se não fosse possível postular a existência de um «acontecimento diarístico», construído pelo autor do diário, a par do «acontecimento mediático ou jornalístico», moldado pela retórica (objectivante) do jornalismo noticioso.

Porque, afinal, se o diário autêntico, íntimo, secreto, provavelmente, nunca existiu na pureza radical, mesmo se redigido em linguagem cifrada; se o registo autobiográfico envolve o destinatário, o leitor, inscrito de forma explícita ou implícita no próprio texto – como diz Bigotte Chorão –, o diário é «monólogo que procura o diálogo» (Chorão, 2001: 91). Ou, então, o evento, o acontecimento, a ocorrência – objectos privilegiados de conversa e de troca de opiniões – atravessam sempre, com maior ou menor visibilidade, o diário íntimo.

A própria obra de João Bigotte Chorão, enquanto diarista, o demonstra. Por exemplo na forma sucinta e por isso mesmo dura e eficaz como comenta o 25 de Abril de 1974:

Na queda da Monarquia ainda houve um Paiva Couceiro para desembainhar a espada em defesa do que não queria já ser defendido. Agora não apareceu ninguém para, num gesto simbólico, salvar ao menos a honra do convento já sem frades e sem fé. (Chorão, 2001: 243-244)

Ou, então, no 1.º de Maio do mesmo ano, ao comentar a festa dos «outros»:

Os tímpanos e os nervos são postos à prova por esta tempestade sonora que se ergue da rua e flagela casas e rompe paredes. Da janela só vejo janelas desertas, como se as casas assistissem mudas ao deslizar do grande rio tumultuoso. (Chorão, 2001: 244)

Estas páginas possuem o valor da apropriação pessoal (e, neste caso, conservadora) de acontecimentos fundadores da democracia portuguesa. Essa vivência, literariamente recriada, contrasta não só com a mediatização (eufórica, quase sempre) de tais eventos, mas com «olhares» de outros diaristas – por exemplo, Miguel Torga (tão referido pelo autor), em que perpassam celebração, perplexidade e inquietação quanto ao futuro.

Da relação entre o diário-livro e o diário-jornal «fala-nos», com eloquência, outra entrada (datada de 2 de Janeiro de 1976) deste *Diário Quase Completo* (p. 283):

Foram-se acumulando numa prateleira os jornais de meses e meses, sempre à espera de tempo e de uma tesoura que seleccionasse os artigos que interessam à história, grande ou pequena que seja. Numa solução radical, fui-me com impaciência a esse monte de jornais e atirei-os para o papel velho. E parecia-me ouvir o grito do Mestre de Santiago: «Roule, torrent de l'inutilité!»

É o balanceamento entre o desejo de expulsar o evento, o inesperado, o caótico da nossa existência, e o desafio de pensar o acontecimento em devir que nos interpela e perturba.

Outro diarista, Casimiro de Brito, rejeita, em princípio, o quotidiano fragmentário e, porventura, mesquinho, do jornalista, do colunista e do político:

Um diário devia ocupar-se do momento que passa, do agora circunstante – hoje e aqui seria a revolta da polícia, com devolução de armas, contra uma decisão judicial que levou à prisão preventiva de dois agentes que terão matado um detido – mas isso é trabalho cosmético de políticos e jornalistas. O poeta vive os mesmos momentos, que são tudo, mas cabe-lhe ver o que há neles de resumo e eterno buscar o centro, tão transitório, afinal, como a notícia do dia; um centro cujo sentido não mais se sabe o que é mas a que sempre regressamos. Sempre, e para sempre, à casa inexistente. Enquanto não nos morremos da vida deste mundo. (Brito, 2001: 99-100)

Contudo, os *media* e o jornalismo invadem, quase sempre, o «corpo» do diário. O diário não escapa ao destino amargo de ser, também, jornal. Jornal diário, diário-jornal. Diarismo de outro tipo, sem dúvida, mais afastado das tiranias do imediato, do mercado e das audiências. A impossível objectividade informativa cede lugar à não menos irrealizável sinceridade autobiográfica. Uma e outra são, afinal, construções – construções retóricas...

Casimiro de Brito esboça o seu auto-retrato a ler o jornal no comboio para Coimbra:

Se me abro às notícias, fico arrepiado. Se me enterro na areia, asfixio. Não sei se é maior a escalada da violência, se são as notícias que se mostram melhor – rápidas, ampliadas, acutilantes. O espectáculo quotidiano de um planeta destruído pelo mais cruel dos seus depredadores, apostado em ser mais agressivo que a natureza, que, naturalmente, se alimenta dos seus filhos. O canibalismo, sob várias formas *on line*. E então fico assim, vazio [...]. (Brito, 2001: 119)

De eventos e não-eventos se fabrica o fingimento da sinceridade autobiográfica. Crónicas, notícias, fragmentos, acontecimentos. Até as efemérides, esses pretextos de eficácia incerta para edificar a memória colectiva. E lá está, incontornável, o 25 de Abril:

Pátrias, deuses e heróis são ícones que pouco me seduzem e, por isso, não gosto de efemérides. Mas esta é uma das poucas, talvez a única que me comove. Para mim o 25 de Abril foi uma teia de cinza que se rompeu, um aparente acaso inchado por enigmáticas sementes – uma explosão de liberdade! Todos fomos tocados. Há quem fale agora de vazio, de vazio democrático, o que é uma tolice: o vazio é ainda uma substância e,

neste caso, de mil substâncias feito. desejos. terrores. fantasmas. Ilusões, desilusões. é isso, para o bem e para o mal, a liberdade dos homens. essa flor que sobe? Uma flor agressiva. quando parece que não se passa nada. (Brito, 2001: 105)

2. A construção do *ethos*

Quando escreve notícias, pelo menos na sua forma mais «seca» (a da agência noticiosa), o jornalista é convidado a apagar do texto as marcas de subjectividade, reduzindo-se ao papel de narrador objectivo, como se falasse de um lugar acima dos conflitos e das disfunções do mundo. O diarista, pelo contrário, assume o enunciado na primeira pessoa do singular. O noticiarista legitima-se, em regra, através da objectividade. O diarista procura ou simula a sinceridade.

Num aspecto, porém, diarista e jornalista coincidem. A objectividade de um e a sinceridade de outro são, antes de mais, construções textuais. Poderíamos falar de uma retórica da objectividade e de uma retórica da sinceridade. No texto informativo, constrói-se o mundo visto de Sirius. As marcas do narrador escondem-se dos olhares desprevenidos. Na diarística, encena-se a confissão do narrador. Assume-se, por via de regra, a primeira pessoa do singular³.

Escreverá o diarista apenas para si próprio? Ainda nesse caso, o do diário secreto ou cifrado, ou sujeito a embargo, desdobra-se em «destinador» e «destinatário». Se escreve para um público alargado, transporta para o exterior, a concha da sua intimidade? Para que escreve? A quem se dirige? Nas palavras de Carlos Drummond de Andrade:

O escritor não precisa justificar-se, a não ser pela obra. Ninguém o obriga à anotação íntima, a esse mirar-se no espelho do presente. Então, se escreve o diário há-de ser por força de motivação psicológica obscura, inerente à condição de escritor, alheia à noção de utilidade profissional. (Andrade, 1985: 7)

A escrita do diário envolve uma dialéctica entre fingimento e autenticidade, entre o autor e o narrador que se assume como personagem central da narrativa. Esse traço ainda se torna mais nítido se estivermos perante o diário literário, sem objectivo documental preciso, da autoria de escritor e destinado a publicação. O diarista é sempre ficcionista.

Neste exercício de construção da sinceridade autobiográfica, tudo se joga no balanceamento entre a autocensura e a vontade de levar até ao limite o jogo da autenticidade. Régio vai a ponto de sustentar, numa entrada de 22 de Outubro de 1946 – que se revelava mais naturalmente nos géneros ficcionais do que nas «narrativas do eu»:

Nunca num diário ousarei dizer tudo. Eu quase já tenho ousado dizer tudo; – mas só indirectamente, através da criação artística. A arte ainda é o meu meio de confissão mais próprio; de confissão, e de libertação. (Régio, 2000: 81-82)

Régio situa o diário fora da arte e do campo estético propriamente ditos, encarando-o noutro registo, menos propício ao disfarce e às formas indirectas de dizer, que seriam, afinal, mais favoráveis a revelar a intimidade do autor. Teoricamente, destinado ao desvendar da vida interior, o diário acaba por converter-se, por força do seu modo de enunciação, da escrita do «eu», num exercício que desperta todos os mecanismos de autodefesa. Aí se erguem as barreiras da autocensura, contrariando o programa implícito na designação «diário íntimo». A coincidência entre o narrador e a personagem nem sempre será o lugar propício à auto-revelação.

Se fosse necessário confirmar que a escrita do diário é, inevitavelmente, um lugar de autocontenção do escritor, estas palavras de Edgar Morin, na introdução de um dos seus exercícios diarísticos, seriam elucidativas:

A necessária censura proibia-me de inscrever no diário os meus acontecimentos demasiados íntimos ou pessoais [...]. Os acontecimentos da minha vida foram, naquela época, tão felizes, dolorosos, importantes, perturbadores (para mim e para os outros) que, por vezes, mais não ousei do que fazer-lhes alusão e, em relação às questões mais profundas, guardar silêncio. Além disso, no momento da entrega ao editor, senti-me no dever de cortar frases ou indicações privadas que ponham demasiado em causa terceiras pessoas. (Morin, 1981: 8-9)

Thomas Mann, numa «entrada» de 1949, sustenta:

[...] é verdade que uma certa pretensão, uma certa confiança em si próprio são inseparáveis da autobiografia. Pensamos em abrir-nos aos amigos, e confessamo-nos a toda a gente. Por exemplo ao senhor X., que fica naturalmente zangado. Porque como é possível que eu me abra com ele? Ele tem toda a razão [...]. (Mann, 2000: 415)

O leitor implícito do diário, criação do autor, reconduz-se, afinal, ao círculo dos amigos, dos próximos. Será um imaginário leitor compreensivo. O diarista Thomas Mann sabe que, na «realidade» empírica, sociológica, a sua obra se confrontará com outros leitores, porventura leitores menos cordiais...

A propósito das referências diarísticas à sua orientação sexual, já expressa em obras como *A Morte em Veneza*, Thomas Mann questiona e questiona-se: «Por que motivo escrevo tudo isto? Para o destruir ainda a tempo, antes da minha morte? Ou será que eu desejo que toda a gente me conheça?» (Mann, 2000: 476).

3. A representação dos *media*

A relação do diarista com os *media* aparece com frequência nos diários, desde a idade de ouro da imprensa, aos dias da Internet. Está longe de obedecer a um modelo unívoco ou repetitivo. Se muitas vezes são apreendidos apenas como mediadores fiáveis – espelhos lisos da realidade circundante –, noutras ocasiões são objecto de crítica ou de polémica. Se, por vezes, repugnam pelos métodos utilizados ou pela parcialidade propagandística de que dão mostras, noutras impõem-se como instrumentos de diálogo ou como máquinas fascinantes de recuperação de memórias perdidas ou projecção de «realidades» presentes.

Nos diários da primeira metade do século xx são dominantes as referências à imprensa escrita. Aquilino Ribeiro, em *É a Guerra*, testemunho relativo ao conflito de 1914-18, concede uma enorme importância à interpretação da imprensa portuguesa e francesa. A 2 de Agosto de 1914, o escritor reflecte, em Paris, sobre o papel do jornalismo francês na fase inicial da Primeira Guerra Mundial:

A imprensa filtra estas notícias (relativas à invasão do Luxemburgo por tropas alemãs) através de sábio e, como hei-de eu dizer?, opaco optimismo. Vão as folhas esvoaçando rua fora e tem-se o sentimento bem nítido de que a sua leitura vai operando como calmante. E é este um dos primeiros benefícios que verifico em saber-se cortar letra de forma e não ter opinião própria. O francês em realidade poupa-se ao incómodo de raciocinar. A gazeta é o seu Alcorão. Ela lhe leva todas as manhãs o que há-de pensar, o que deve dizer, o que convém cumprir como leitor e contribuinte. Fica assim liberto da tarefa tremenda, a de julgar e de criticar [...]. (Ribeiro, 1975: 46-47)

Ao longo do diário, Aquilino multiplica as referências ao jornalismo, dirigindo acerbas críticas à imprensa que lhe chega de Lisboa:

Os senhores correspondentes cá fora dos jornais portugueses tratam o esportulador dos dez reisinhos como negro. Enganam-no e ludibriam-no, levam-no a ter do estrangeiro e da maneira como o estrangeiro olha para Portugal uma ideia errada e absurda. É uma instituição macabra a de tais informadores. Agora aí estão eles encarniçados na costumada trapaça, deformando certos factos, inventando outros, cozinhando tal mistifório que a gente fica sem saber qual é a atitude honesta, se rir-se se indignar-se [...]. (Ribeiro, 1975: 208)

Aquilino Ribeiro eleva o diário a instância de metajornalismo, que não toma os jornais pelo valor facial, procurando antes decifrar as mentalidades, as ideologias e as manobras que se escondem nas notícias ou nos artigos.

Idêntica atitude de leitura crítica se encontra em Thomas Mann, algumas décadas depois, quando, logo após a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mun-

dial, se esboçavam os primeiros sinais da Guerra Fria, o romancista descreve um jornalismo norte-americano subordinado aos ditames da propaganda: «Nos jornais, cada palavra é uma mentira, de tal forma que não faz qualquer sentido lê-los. É com dificuldade que alguma informação sobre os factos reais é possível» (Mann, 2000: 354).

O desenvolvimento da indústria da comunicação cor-de-rosa merece-lhe igualmente anotações irónicas:

Em Roma, assustador casamento de vedetas do cinema, com uma multidão, maldosa e amorosa, em simultâneo. Nada pode ser mais característico da era de massas. Depois da movimentada cerimónia, o Papa concede uma audiência ao casal [...]. (Mann, 2000: 380-381)

Thomas Mann denuncia, por exemplo, a falsificação de uma fotografia sua, em França, quando noticiaram, erradamente, que tinha assinado o acordo de Estocolmo para a paz. A foto que acompanhava o artigo era uma montagem, até porque só tinha usado o fato e gravata em causa numa viagem pela Europa no ano de 1949 – e tal não aconteceu na visita a Paris em 1950 (Mann, 2000: 500 e 757).

Num testemunho autobiográfico – que não assume a forma de diário – escrito numa prosa enxuta, sem pretensões literárias, mas onde se espelha o rigor e a exigência do filósofo, Karl Löwith, antigo assistente de Heidegger, forçado a sair da Alemanha devido à sua ascendência judaica (primeiro para Itália, depois para o Japão e, finalmente, para os Estados Unidos), conta a surpresa que lhe causou numa passagem pela França, em trânsito de Marburg para Roma, em 1934, o reencontro com uma imprensa pluralista:

A compra dos jornais trouxe-me uma grande surpresa: eu tinha perdido o hábito, na Itália e na Alemanha, de ler declarações e críticas tão livres. Desta forma fiquei extremamente surpreendido por encontrar, em três jornais diferentes, três tomadas de posição diferentes sobre medidas governamentais, em vez de um *prato único*. (Löwith, 1988: 135)

De entre os textos diarísticos portugueses escritos antes da mudança de regime, embora publicado vinte e cinco anos depois, impressiona, pela força testemunhal, o de Mário Brochado Coelho, «diário da guerra em Angola» (1963-1966). É o relato da experiência do jovem oficial miliciano, recém-saído da universidade e dos movimentos estudantis contra a ditadura salazarista, que participa na guerra colonial, como oficial miliciano contra a sua vontade (Coelho, 1989).

O testemunho de Brochado Coelho incide também sobre os *media*, desde a rádio, que é rainha e senhora na África dos anos 60, até aos jornais afectos ao

regime (objecto de crítica ou ironia a roçar a exasperação...). Para quem vive num país sujeito à censura prévia, a relação com o transistor torna-se intensa e quase apaixonada. Aliás, a ligação à «onda curta» começa a estabelecer-se ainda a bordo do *Niassa*, o barco que transporta o contingente militar de Lisboa para Luanda:

Dá-me uma grande satisfação pegar num rádio portátil e *apanhar* a África, que nós não conhecemos ainda. É a Rádio Conakry, a Rádio Ackra, etc. Apanha-se também, e em óptimas condições, a Rádio Pequim. Ouvi-a em francês, criticando a União Soviética por esta não aceitar as teses de Stalin. Meia hora depois ainda falavam do mesmo. Também se apanha a Voz da América. Cheguei ainda a captar a Voz da Baía, do Brasil. É um mundo novo. Espalha-se sobre a África uma onda de noticiários, programas de excelente música, por vezes programas educativos, propaganda política argelina, ganesa, americana, chinesa, russa, etc. O que me espanta no meio de todas estas audições é o bom nível dos programas radiofónicos. Sente-se também que se está num mundo não só novo como jovem. Sempre que pego no rádio dum colega assaltam-me os remorsos, pois nós que aqui representamos para os milhões de africanos uma força de retrocesso, de regresso à escravatura. Remorsos que me levam a perguntar uma vez mais se não teria sido preferível ter-me ido definitivamente de Portugal, desertando. (Coelho, 1989: 29)

As referências à rádio, enquanto forma de romper o isolamento, surgem com alguma frequência no livro, incluindo em especial as rádios clandestinas (do ponto de vista do Estado português) que, a partir de cidades estrangeiras (Argel, Praga...), emitiam em português:

Arranjei um novo sistema de antena para o rádio e vou poder ouvir melhor a Voz da Liberdade que passou para as 11 e 15 da noite. Tenho-a ouvido sempre, porque lhe acho indiscutível utilidade e a informação parece correcta. Gostava de saber o que se vai passando lá em Portugal com as eleições do 5 de Outubro, etc. Já chegarei lá depois de tudo terminado. (Coelho, 1989: 29)

As marcas da censura surgem também no diário de Mário Brochado Coelho por via das notícias que lhe chegam de Lisboa, da redacção da revista *O Tempo e o Modo*, em que escreve. Não é apenas o ouvinte de rádio ou o leitor de jornais, mas também o colaborador de imprensa que regista as notícias sobre as probabilidades de os seus artigos «passarem» o crivo censório, calculadas por amigos habituados à «técnica do golpe de censura», como lhe chamou Cardoso Pires, e a usar as flutuações nos «cortes» consoante a conjuntura política:

[...] os números 28 e 29 têm sido cortados com a sanha dos velhos tempos. Trata-se mais uma vez de lutar e sobreviver enquanto eles durarem e nos deixarem. (Fala-se na proibição da revista – pelo menos as pessoas de lá queixam-se de não a receber

e temo que você esteja nesse caso.) Quanto ao seu artigo sobre o racismo, pensamos publicá-lo em Novembro, embora francamente julgue a coisa com pouca viabilidade. Mas tentaremos. (Coelho, 1989: 282)

Inteiramente diferente é o contexto mediático português posterior à Revolução de Abril de 1974. À censura sucede a multiplicação dos jornais. Nem sempre é fácil descortinar, por entre as correntes de propaganda antagónica, aquilo a que, em linguagem jurídica, se chama «a verdade dos factos». Seja-me consentido retomar o diário de Torga para reter a sua apaixonada e feroz relação com a imprensa no ano pós-revolucionário de 1975:

Coimbra, 3 de Julho de 1975 – Nunca li tantos jornais juntos na minha vida. Nem no tempo da Guerra Civil de Espanha e no da Mundial. Embora profundamente empenhado em cada lance dessas duas grandes tragédias, uma só gazeta da época punha-me ao corrente da situação. A carcaça dos factos era sempre a mesma qualquer que fosse a agência noticiosa. Teruel conquistada ou um porta-aviões afundado não tinham duas versões. Além de que, por maior que fosse o meu interesse pelos acontecimentos, nem Teruel ficava em Portugal, nem o navio era português. Mas agora trata-se da pátria, da carne colectiva a que pertenço. E devoro carros de prosa diariamente, a mais contraditória e parcial, a vomitar as tripas quase sempre, mas sem arredar pé do tronco de tortura. E o pior é que não corro a maratona noticiosa à procura de vislumbrar qualquer milagre de salvação. Dou cabo dos olhos apenas na ânsia de encontrar uma desculpa que torne a vergonha menos dolorosa. Sou como aqueles doentes do coração que fazem electrocardiogramas sucessivos, a ver se num deles não existem sinais de enfarte. (Torga, 1995: 1300)

Vergílio Ferreira também confessa sofrer de uma mesma obsessão com a imprensa no período de 1975. A 22 de Maio de 1974, anotava no seu diário:

Quase como que por obrigação – escrevo. Na realidade, só há tempo para ler os jornais, ouvir as notícias da Rádio e TV. Viver passivamente, aberto ao que vai acontecendo, sem a energia ou capacidade para nos sobrepormos a isso e reflectirmos [...]. (Ferreira, 1980: 198)

Na opinião do escritor, a imprensa encontrava-se sob hegemonia comunista. A 29 de Outubro de 1974, registava:

Vivemos em «liberdade». Mas começa-se a respirar mal. Imprensa nas mãos dos comunistas. Extinção das «Páginas Literárias». Livrarias, só com livros políticos. Era tal a fome deles que deu diarreia. TV política e de inspiração comunista. Um certo receio já de se comentar a coisa. Editoras a fecharem. A arte começa a ser suspeita e menos-prezada. Ascensão dos mediócras. Solidão.

[...] Mas o MFA instaurou já um regime comunista. Simplesmente não ousa dizer o nome. Sub-repticiamente, os comunistas instalam-se em todos os postos de direcção. É ver a TV. Descarada, essa. União Soviética, países «socialistas» preenchem todos os programas. Entretanto, diz-se que as FA se dividem quanto a isso – ao rumo político que vai sendo seguido. Ameaças de guerra civil. Entretanto ainda a América toma posição. Demitido da carreira o diplomata que me dera informações opostas às de uma comissão senatorial que aí veio. Fala-se já em «intervenção». A 6.ª Esquadra viria «fazer manobras» para junto das águas portuguesas... Atmosfera irrespirável a nível geral. (Ferreira, 1980: 215-219)

4. Diarista versus jornalista

A diarística revela igualmente a complexidade das relações entre o «campo literário» e o «campo jornalístico». As notícias, as reportagens, o jornalismo cultural estão no centro dessa interacção. José Saramago, nos *Cadernos de Lanzarote*, reflecte sobre a perícia dos entrevistadores da novíssima geração de jornalistas:

Como é que um jornalista aprende a entrevistar? O método antigo deve ter sido o da «tarimba», a experiência ajudada por um jeito natural para a «falinha mansa». Agora imagino que haverá aulas de psicologia aplicada, quem sabe mesmo se de hipnotismo, pois doutro modo não encontro explicação para o que se passou hoje com uma das *chicas* que vieram fazer uma reportagem sobre Lanzarote: as perguntas feitas por esta Elena Butragueño foram do mais simples, do mais directo, género «que é que pensa disto», e contudo dei por mim a falar da minha relação com Lanzarote em termos totalmente novos, dizendo coisas em que até esse momento não havia pensado nunca, porventura nem todas elas sinceras, e que me surgiam como pensamentos, ideias, considerações que fossem, simultaneamente, meus e alheios. No que se pode chamar uma sessão de *dribbling* mental, pareceu-me muito mais eficaz esta Elena do que o seu homónimo Emílio, com a bola, no campo... (Saramago, 1994: 16-17)

As entrevistas concedidas à imprensa e a relação do intelectual com os *media* surgem igualmente no caso do diário de Edgar Morin, que se refere a situações em que ele mesmo, através das suas obras ou intervenções públicas, foi objecto de tratamento jornalístico inadequado. Ao contrário da ironia benévola de Saramago, no caso analisado, Morin revela a sua irritação à flor da pele:

Porquê essas entrevistas cujo registo gravado é mal seleccionado por jornalistas preguiçosos, intercalado com frases da lavra deles, na linguagem deles, que nada tem a ver com a minha? Perco horas a refazer tudo, para um resultado necessariamente medíocre: o pensamento e a expressão estão diluídos ou desnaturados em relação aos meus livros. (Morin, 1995: 8)

Na «entrada» do seu diário relativa ao domingo 14 de Dezembro de 2003, Régine Deforges, escritora e cronista, indigna-se com as imagens televisivas da detenção de Saddam Hussein:

Pela primeira vez, na manhã, ligo a televisão; a cara de um mendigo barbudo invade o ecrã. É Saddam Hussein que acaba de ser detido. Examinam os dentes do homem como se fosse um cavalo posto à venda. Mal-estar. Será necessário mostrar e remostar as cenas desta humilhação? Pode-se matar um inimigo, mas nunca humilhá-lo. Humilhá-lo é o mesmo que humilhar o seu povo e os países árabes. Mas, é um tirano, um indivíduo que não hesitou em matar o seu próprio povo, utilizando o gás vendido pelos Estados Unidos e pela Europa – e esses países acreditavam realmente que ele não os utilizaria? Comprava-o, então, para quê? As estações de televisão do mundo inteiro não param de transmitir as imagens deste homem esgotado, com um olhar inquieto [...]. (Desforges, 2004: 273)

Jornalista-escritora, ministra, crítica de televisão, autora de vários diários, Françoise Giroud reflecte sobre o papel da televisão nas sociedades contemporâneas:

Antigamente, também havia fome nas regiões a que ainda não se chamava Terceiro Mundo, criminosos perversos, comboios que descarrilavam, aviões que se despenhavam, catástrofes naturais, miséria nos lares (e que miséria!), tragédias de todos os tipos. Antigamente, aconteceram coisas atrozes. Mas não éramos bombardeados todas as noites por um dilúvio de imagens deprimentes que só sabem devolver-nos a realidade crua, sem perspectiva, sem uma leitura crítica do mundo. Antigamente, não havia televisão. (Giroud, 1993: 10)

Viajando no tempo e no espaço, verificámos que, nos «trechos de um diário de adolescência e primeira idade» de Gilberto Freire, intitulado *Tempo Morto e Outros Tempos*, a imprensa aparece muito claramente como instrumento de poder intelectual. O então muito jovem escritor brasileiro é convidado a dirigir, enquanto escritor e homem de cultura, o *Diário de Pernambuco*, mas os jornalistas, num reflexo corporativo e em defesa de interesses próprios, opõem-se à escolha do escritor pelo proprietário do jornal:

[...] a escolha, sei, por ele próprio, que até choro vem provocando. Que é uma injustiça dar-se a um rapazola de vinte e poucos anos um posto de comando sobre homens já de idade, encanecidos no serviço da empresa, intelectuais conhecidos que ficariam humilhados por essa promoção brusca de quem nem sequer é redactor do jornal. Ou é redactor especial e extraordinário. A filosofia do Carlito (Carlo Lira Filho) é de que não se trata de serviço público com promoções de acordo com praxes ou regras burocráticas. Trata-se de um substituto para ele, C. L. F., que é director de jornal e não

redactor-chefe. Eu seria seu substituto. E o seu cargo – o de director – não faz parte do mecanismo da redacção, nem da gerência nem de secção alguma do jornal. Confesso, entretanto, que o choro de homens feitos me comove. Talvez acabe recusando essa oferta que bem sei ser excepcional [...]. (Freyre, 1975: 167)

A atitude de Jean-Marie Domenach, pelo contrário, releva da coincidência na mesma pessoa do diarista, do intelectual e do jornalista, enquanto membro do colectivo da «revista de ideias» *Esprit*, que dirigiu (1957-1976) durante quase duas décadas, sucedendo ao fundador Emmanuel Mounier e a Albert Béguin.

No diário de Domenach, publicado a título póstumo, as referências ao jornalismo derivam da sua própria actividade profissional. O ritual do manuseamento de um número acabado de sair do prelo é descrito com minúcia na «entrada» de 13 de Outubro de 1958:

Chegada do número de Outubro da *Esprit*. É sempre uma emoção. Viro-o e reviro-o, porque não tenho a mesma indulgência com as «gralhas» do meu amigo Suffert. [...] Um grande jornal pode imprimir seja o que for, ninguém levará a sério a falta de rigor. O *Figaro* tinha anunciado solenemente, noutros tempos, que os egípcios seriam incapazes de assegurar a pilotagem dos barcos no canal do Suez, mas os seus respeitáveis leitores esqueceram-no. Uma revista lê-se de outra forma, com um mês e, por vezes, um ano de atraso. A parvoíce não perdoa e se alguém quer ser profeta é melhor não se enganar. (Domenach, 2001: 184)

A crise que precedeu a independência da Argélia não poupava sequer os mensários ao veloz tempo dos *media*:

Dia ocupado a redigir o editorial – nunca tive tanta dificuldade em escrever, com a impressão de que a rádio, de um momento para outro, pode obrigar-me a modificar, se não o fundo, pelo menos a apresentação deste texto [...]. (Domenach, 2001: 156)

Nos primeiros tempos do regresso à cena política do general De Gaulle, em plena crise da Argélia, o jornalista sente-se dividido entre a admiração e a desconfiança. Receia também as análises precipitadas e influenciadas pelo estilo carismático de De Gaulle:

Conferência de imprensa de De Gaulle. Conheço o cerimonial e receio deixar-me impressionar. Terei de lê-la de forma mais reflexiva uma hora depois. (Domenach, 2001: 148)

Domenach sentia, no entanto, que a revista cultural, no final da década de 50, era um modelo ameaçado pelo advento de novas formas de comunicação:

Para ao público, uma «revista cultural» é cada vez mais difícil de ler por falta de tempo – é, pelo menos, o motivo alegado, mas é necessário corrigi-lo desta forma: os tempos livres não pararam de aumentar, mas as horas que se consagravam outrora à leitura são agora solicitadas pelo disco, pela televisão... Mas sobretudo a revista é cada vez mais difícil de fazer, porque escrever exige mais tempo do que ler [...]. (Domenach, 2001: 191)

Multiplicam-se ao longo do diário, publicado já após a sua morte, as referências à sua actividade jornalística. Entre as mais interessantes, contam-se as alusões ao combate entre o Vaticano e a revista dita «católico-progressista». Por ocasião da morte de Pio XII (Outubro de 1958), Domenach escreve:

Fiquei a saber esta noite que este ilustre Papa morreu a tempo para a *Esprit*. Já estava quase redigido um texto que nos condenava. Falemos com franqueza – e eu não o diria em parte nenhuma, tamanho é o medo, tamanha a lisonja: esta morte desembaraça-nos de um homem que destruía tudo. O Estaline da Igreja desapareceu. É uma alegria. (Domenach, 2001: 11)

O mínimo que se pode dizer é que o diarista, neste caso, joga a fundo a carta da franqueza polémica. Para um católico é certamente grave celebrar, com tamanho júbilo, o desaparecimento de um papa...

5. Crítica e fascínio dos *media*

Permitam-me que regresse ao caso singular de Edgar Morin e do seu diário do ano de 1994. O sociólogo observa os *media* com empatia. Não os excomunga, numa atitude sistemática, à maneira de alguns «apocalípticos». Consoante os casos, protesta e irrita-se, ou, então, louva e admira «esses maravilhosos instrumentos» (no dizer do sociólogo Georges Friedman). Tal como no seu estudo *Espírito do Tempo*, sobre a «indústria cultural», manifesta, quando é caso disso, o seu fascínio perante as proezas tecnológicas e profissionais da televisão e dos outros meios.

É o que acontece em Junho de 1994. Diante da «pequena caixa», o sociólogo «visiona» as reportagens evocativas do desembarque na Normandia, o dia D: «É esta a beleza dos grandes aniversários, o acontecimento passado ressuscita, retoma vida, invade-nos.» Ao seguir o telejornal, não se escusa a louvar a televisão:

As evocações mais emotivas não são as dos libertados mas as dos libertadores, actualmente septuagenários e octogenários, regressados aos lugares onde foram lançados de pára-quedas, desembarcaram e combateram... Um fragmento da reportagem é consa-

grado a essa terra desconhecida, a nossa... No final, as lágrimas vieram-me aos olhos. Vivam os *media*! Sem a televisão, não haveria uma invasão do passado tão profunda e intensa nas nossas almas! (Morin, 1995: 194)

Noutras ocasiões, o sociólogo adota a postura crítica perante um tempo mediático que «dissolve no esquecimento» todo o passado recente, excluindo do seu campo qualquer ideia que necessite de desenvolvimento superior a um minuto. Ao comentar um livro sobre a guerra na Jugoslávia, retém a denúncia da simplificação e dramatização maniqueístas, mas considera que, infelizmente, o autor recorre a métodos idênticos àqueles que critica: «[...] essa denúncia da superficialidade mediática deriva, ela própria, da superficialidade mediática» (Morin, 1995: 11).

Se prevalece a espontaneidade fingida do diarista, noutros casos emerge o sociólogo: «O *zapping* é a liberdade, mas também o delírio, uma possibilidade de escolha que finalmente acaba por impedir a própria escolha» (Morin, 1995: 101). A sabedoria de experiência feita do antigo homem de partido, que Morin foi na juventude, sobressai quando interpreta o comportamento de certo tipo de *jornalista pós-ideológico* que «associa o espírito militante e o espírito de informação, seu complemento antinómico. Milita pela informação, mas informa para militar» (Morin, 1995: 152).

É compreensível que as *notícias dos jornais, da rádio ou da televisão* – nas suas múltiplas declinações – apareçam integradas nas *notícias do diário pessoal*, na medida em que pontuam, como um relógio, o quotidiano do autor. Omnipresentes, os dispositivos mediáticos, invadem o discurso da subjectividade encenado pelo diarista. O que resulta motivador quando o escritor é tão exigente e tolerante como Edgar Morin: «[...] luto não só contra a cretinização *por baixo* (os *media*), mas igualmente contra a cretinização *por cima* (universitária)...» (Morin, 1995: 190).

Esta ideia de dois «cretinismos» encontra-se desenvolvida por Edgar Morin, em *Os Meus Demónios*, outra obra de natureza autobiográfica (embora não diarística):

Os intelectuais dizem que a televisão é uma subcultura que difunde o conformismo, os estereótipos, as ideias convencionais. Estou perfeitamente de acordo, mas vejo nesses intelectuais uma outra subcultura (implicando ignorância e juízos *a priori*) com conformismos, estereótipos, ideias convencionais, com mais segurança e arrogância. (Morin, 1994: 263)

No mesmo texto, o sociólogo esclarece aquilo que, na televisão, o desgosta e suscita a sua crítica e, por vezes, indignação:

O cretinismo que me desgosta na televisão não é o das novelas, é o das entrevistas ou debates em que se corta arbitrariamente a palavra, em que as declarações do entrevistado servem para tomar parte num *show* e em que, sob o terror de uma audiência fantasma, os animadores e entrevistadores não podem suportar um minuto de argumentação. Dizem-me que o tempo de um raciocínio considerado suportável pelos apresentadores televisivos passou para dez segundos... (Morin, 1994: 264)

Está em causa, neste caso, um tempo mediático, medido ao cronómetro, que reduz à expressão mínima qualquer espécie de argumentação na televisão e, em simultâneo, uma espécie de afrontamento, com armas desiguais, entre intelectuais e jornalistas e outras profissões dos *media* (caso dos «animadores»). Na perspectiva de Morin, as dogmáticas ou os imperativos comerciais (neste caso, a subordinação às audiências) impedem as formas de comunicação das personalidades da cultura e do pensamento.

A atitude crítica em face do universo da comunicação social é frequente entre escritores e outras figuras do mundo da cultura, mas também surgem casos, mais raros, de rejeição global do contexto de saturação mediática. O diarista de longo fôlego Julien Green (o seu diário espalha-se por dezassete volumes...) distancia-se radicalmente do universo televisivo: «O que se passa na televisão reforça a minha ideia de que a estupidez é exibicionista.» O diário de Green não se circunscreve à crítica da banalidade televisiva, vai mais além. A maior parte dos críticos dos *media* conforma-se à sua existência enquanto componentes inevitáveis do ambiente circundante, Green vai mais além. Rejeita a televisão. Em sua casa não havia televisor. No volume póstumo do seu diário – relativo aos anos de 1996-1997 – conta que o recibo de pagamento da taxa foi devolvido, acompanhado por uma carta do seu filho com o seguinte conteúdo: «Nenhum receptor de televisão ou similar devassará a nossa intimidade. Nós é que escolhemos quem entra em nossa casa» (Green, 2001: 34-35).

Esta atitude contrasta com a de outros diaristas, que se referem aos jornais, à rádio, à televisão ou aos blogues com a naturalidade de um convívio inevitável. É o que se sucede, por exemplo, num diário de Eduardo Prado Coelho, em que a presença dos *media* emerge com frequência. O autor aceita-a como um dado inevitável, como se desempenhassem o papel de um animal doméstico – talvez um gato –, que faz companhia, presta serviços e, simultaneamente, manifesta, aqui e além, a sua perversidade.

Por vezes, o escritor-diarista desmonta e, de algum modo, prolonga e requinta essa tendência presente no discurso jornalístico. É o que sucede quando se recorda de ter «lido nos jornais que o novo ministro das Finanças, o Jorge Braga de Macedo, compra todas as gravatas que têm animais (naturalmente,

como tantas vezes acontece, a notícia é falsa)» (Coelho, 1992: 99). A informação jornalística poderá não ser verídica, mas cumpre determinada função. O diarista identifica-a e dá-se ao trabalho de descodificar a estratégia, em seu entender, escondida por detrás do *fait divers*:

Há aqui um apelo ao convívio imediato: gravatas com animais suscitam conversa, como sair à rua, passear o cão ou aparecer numa fotografia com o gato ao colo. Mas não é isso o que interessa à Imprensa, creio. O que importa é o exercício público de manias: «ele gosta de coleccionar gravatas com bichos». (Coelho, 1992: *idem*)

Isso é hoje mais significativo do que dizer: «ele prefere Keynes a Marx, ou Friedman a Schumpeter, ou Maurice Allais a Galbraith». Como se o jornalismo, nos anos 90, tivesse por missão pós-moderna alimentar a conversa das pessoas com temas fúteis, o que, longe de suscitar a reprovação severa de um Julien Green, lhe causa divertimento e suscita ironia.

6. Os diários em tempo real

O tempo de um diário como o de Régio, pautado pelo ritmo lento da cidade de Portalegre, situa-se nos antípodas do imediatismo do universo mediático que, de algum modo, transparece em diários como os de Morin ou de Sollers.

A esse facto não são alheios factores situados a montante e a jusante da produção diarística. O diário de José Régio corresponde a um projecto do escritor, que só será publicado a título póstumo, como sucede com o de Thomas Mann. O leitor só surgirá após o desaparecimento do escritor. Noutros casos – Vergílio Ferreira ou Miguel Torga, por exemplo – a publicação acontece por iniciativa e em vida do escritor.

Diverso é o sucedido com os diários de Morin ou de Sollers, ambos resultantes de uma solicitação da editora, que convida dez intelectuais ou escritores a elaborarem, cada qual, o diário de um ano da década. Neste caso, mesmo que transpareçam as marcas da tradição diarística, além do virtuosismo literário e intelectual dos autores, há um período de tempo delimitado por uma entidade exterior ao escritor, um projecto editorial, com a inerente componente comercial, que precede a escrita do texto. Aqui diarismo e jornalismo surgem, de algum modo, mais aproximados. O diário transforma-se quase em publicação periódica: o anuário dos anos 90, elaborado por uma série de autores pré-seleccionados pela casa editora⁴.

O próprio Philippe Sollers estabelece a diferença entre o que poderia ser o diário íntimo e o que é o diário escrito sob «encomenda» editorial, com vista a ser publicado no início do ano seguinte àquele em que é escrito:

Relatividade de um diário mantido *expressamente*. Por um lado, faltam muitos elementos privados. É possível fazê-los sentir de forma indirecta. Por outro lado, há livros em curso (romance, ensaio). Além disso, as previsões só podem ser tendenciais, a longo termo [...]. Pode suceder que a imprevisibilidade aconteça: mortes, catástrofes, etc. Tudo isso cria para o narrador um *suspense* particular (e é ainda a literatura). (Sollers, 1999: 111)

Dos elementos destacados por Sollers, alguns podem ser característicos do diário para publicação próxima. Outros são, afinal, comuns ao género diarístico em geral: o narrador é sempre a personagem, o íntimo coexiste sempre com uma parcela de fingimento, de jogo de espelhos entre o diarista e os seus destinatários.

Ao recusar responder a um inquérito para o *Diário Ilustrado*, José Régio escreve, em Janeiro de 1958, ao jornalista Amândio César, que lhe formula o pedido:

Assim à pressa nada pode ser. E respostas a inquéritos é o que menos gosto de fazer à pressa: tenho, talvez em excesso, a noção das responsabilidades, à pressa não faço, não quero fazer nada. Aliás reajo contra este tempo, – que é o tempo das pressas [...]. (Régio, 2000: 328)

Na última década do século xx, a tal pressa a que Régio alude, a velocidade, o ritmo alucinante da produção intelectual instalaram-se e tomaram conta de quase tudo – até do diário, outrora impropriamente dito «íntimo» – ou, pelo menos, de algumas práticas diarísticas.

Se determinados diários, elaborados por solicitação editorial, se podem designar por diários para edição próxima, nisso se distinguindo dos que foram legados para publicação póstuma, porventura sujeitos a embargo, que dizer do diário em tempo real (*ou quase*), *colocado nos websites da Internet*?

As novas modalidades de mediatização deram origem a uma diarística do imediato. Em teoria, o diário está subordinado a um ritmo de produção quotidiano, mas o dia-a-dia é reconstruído num tempo diferido, cuja gestão só ao autor respeita. O texto do acontecimento diarístico pode ser escrito, pensado e rescrito. O autor é livre de determinar o momento da publicação. É o tempo que se instaura perante o leitor autolegitimado por «ter estado lá», naquele dia, naquela hora, naquele lugar. Talvez seja razoável, nesse sentido, aproximá-lo do «presente histórico». Tradicionalmente escrito num tempo diferido, o diário apresenta-se como escrito em directo, «em cima do acontecimento», conforme se diz na gíria jornalística. Da representação dos *media* nos diários, passamos a outro fenómeno: a inscrição dos diários nos próprios *media*.

As mais recentes convergências entre o jornalismo e o diarismo passam pelo diário *on-line*, em linha, em rede. Não ousaríamos escrever «diário íntimo em rede», porque parece pedir demasiado ao cada vez mais ambíguo conceito de intimidade, perante as estratégias televisivas e internéticas que passam pela exibição daquilo que se caracterizava pela reserva, em domínios como o sexo ou o segredo familiar e pessoal. Certo é que centenas de diários – numa estimativa modesta – existem actualmente na *web*, em *sites* expressamente criados com vista a estimular a escrita autobiográfica e diarística.

Como se explica esta expansão do registo (supostamente) íntimo na rede? Não será a relação entre o diarista e o computador que causa perplexidade. Essa é bem compreensível, em função do ambiente físico e das virtualidades técnicas da informática e do tratamento de texto. A versatilidade de meios propiciados e a panóplia de recursos que coloca ao dispor do escritor explicam o seu êxito, tal como sucede noutros géneros literários e paraliterários, desde o romance à autobiografia. Como sustenta Philippe Lejeune, numa metáfora destinada ao sucesso: «o computador é um gato. O animal-*fétiche* do escritor» (Lejeune, 2000: 21).

O que pode intrigar não é o diário no computador, mas o diário íntimo em rede. Aparentemente não haveria lugar mais devassado, censurado, impróprio para instalar o «confessionário» ou o diálogo do diarista com os seus botões. O próprio Lejeune, apesar de apologista do desenvolvimento da diarística na rede, reconhece que a lógica de funcionamento *web* «se opõe à do diário íntimo: o instantâneo (em vez do diferido), a comunicação (em vez da contenção)» (Lejeune, 2000: 39).

Forma de expressão ligada ao advento da idade moderna e, em especial, do romantismo, o diário é um lugar destinado a pastorear e a inventar o «ego» do seu autor. A focalização no «eu» não se conjuga, em princípio, com a rede que, «em vez de se centrar no emissor, [...] toma em conta a interacção» (Lejeune: *ibidem*), o que convida à autocontenção, se não à autocensura.

Régis Debray interpreta esta inovação do «diário íntimo em tempo real», ou a «intimidade imediata», como o sintoma literário de um tempo caracterizado pela «transição de uma cultura do *stock* para uma cultura do fluxo» (Debray, 2001: 40-41). Estas novas práticas da ciberdiarística – sublinha Debray – constituem o reverso da medalha do «comportamento de muitos escritores que deixaram os diários para publicação póstuma, nalguns casos, sujeita a embargo, por suporem que só mais tarde seriam verdadeiramente entendidos pelas gerações futuras, ou por recearem efeitos sobre pessoas citadas ainda em vida» (Debray, 2001: *idem*).

As experiências diarísticas na Web deverão, em muitos casos, ser mais interessantes para os antropólogos, psicólogos ou sociólogos do que propriamente para

os estudiosos da literatura. Afigura-se paradoxal que o conceito de «diário íntimo» possa alguma vez coincidir com o de «ciberdiário», mas, apesar disso, vale a pena acompanhar, como tem feito Lejeune, o desenvolvimento destas novas práticas de narcisismo em linha...

7. Síntese conclusiva

Não sei se este percurso impressionista por alguns diários e textos autobiográficos do século xx me autoriza a retirar conclusões, mas, aqui chegado, não vejo modo de evitar o risco, embora assinalando a sua natureza provisória, a benefício de confirmação em futuro incerto.

Em primeiro lugar, diria que, tal como as notícias se estruturam, frequentemente, à volta de acontecimentos, também as «entradas» dos diários se orientam, muitas vezes, para o fragmentário, o inesperado, o evento, seja ele de natureza a aspirar à categoria de «facto histórico», seja apenas da ordem do *fait divers*. Reflexivos, ensaísticos, densos, seria abusivo argumentar que todos os diários são, por definição, estruturados em volta de acontecimentos, à semelhança do que defendem certas teorias do jornalismo em relação às notícias, mas apesar de tudo existe um domínio do *acontecimento diarístico* que pode complementar, substituir ou questionar o *acontecimento mediático ou jornalístico*.

Em segundo lugar, o *ethos* do diarista distingue-se com nitidez do *ethos* do noticiário anónimo ou do repórter supostamente distanciado. Escreve na primeira pessoa. Encara os acontecimentos de forma a ostentar a subjectividade da recepção, o impacto, a interpretação. No relato do 25 de Abril efectuado por Miguel Torga, a personagem central é o próprio narrador: a forma como ele próprio «recebe» o evento, a sua esperança matizada pela desconfiança nos militares. Esta modalização afasta-o do jornalismo clássico, de agenda, mas não difere substancialmente do cronista ou mesmo do repórter que se assume através de uma escrita do «eu»...

Em terceiro lugar, a presença da comunicação mediática nos diários é quase uma constante. Numa sociedade mediatizada, a escrita pautada pelo ritmo do quotidiano esbarra quase inevitavelmente no jornal, na rádio, na televisão, nas sucessivas «gerações» de tecnologias e retóricas da comunicação. A atitude do diarista oscila entre a indiferença (tomando-os por objectos banais do quotidiano), a crítica (encarando-os enquanto parte de um fenómeno generalizado de degradação cultural) ou o fascínio (deixando transparecer o encanto em face das potencialidades das novas tecnologias e das retóricas da imagem e da palavra a elas associadas). O diarismo é também metajornalismo.

Em quarto lugar, as relações do diarista – sobretudo quando escritor – com o «campo jornalístico», que nem sempre se distingue com clareza do «campo literário», para recorrer aos conceitos de Pierre Bourdieu, os quais em certa medida se cruzam ou sobrepõem, o que se torna, aliás, mais notório quando as figuras do diarista e do jornalista coincidem e de algum modo a actividade jornalística aparece colocada numa estrutura em abismo.

Em quinto lugar, a modificação da temporalidade diarística introduzida pela dinâmica comercial da actividade editorial (o diário «por encomenda») ou pela própria interligação com as novas tecnologias da comunicação, que permitem configurar diários em tempo real. O imediatismo inerente às novas formas ciberdiarísticas contrasta com a tradição do diário publicado longos anos após a sua escrita ou mesmo a título póstumo.

Sem escapar ao fascínio dessas novas práticas, não resisto a apontar igualmente os seus limites. Por isso considero pertinente lembrar – a concluir – a reflexão de André Gide, no seu *Journal*, obra-prima da diarística do século xx, numa «entrada» relativa a 12 de Março de 1933: «A noção de perfeição e a noção de duração estão estreitamente ligadas... Como poderia não desejar a duração aquele que sabe que a verdade nova que traz não será compreendida de imediato, nem mesmo ouvida?»

NOTAS

- ¹ Edgar Morin (1995), 1994 – *Une Année Sisyphe*, Paris: Seuil.
- ² A tradução das citações de obras francesas é da responsabilidade do autor deste artigo.
- ³ Existem excepções, como é o caso do ensaísta argentino Eliseo Verón, nos diários intitulados *Efectos de Agenda* (Barcelona, Gedisa, 1999) e *Espacios Mentales – Efectos de Agenda II* (Barcelona, Gedisa, 2001), em que o narrador se refere a si mesmo na terceira pessoa do singular.
- ⁴ Os outros autores franceses, além dos citados, que participaram no projecto «Journal de la fin du siècle», das Éditions du Seuil, foram, por ordem cronológica: Michel Winock, Françoise Giroud, Jacques Julliard, Bertrand Poirot-Delpech...

BIBLIOGRAFIA

1. Livros

- AGUIAR, Cristóvão (1999), *Relação de Bordo I*, Porto: Campo das Letras.
- ANDRADE, Carlos Drummond de (1985), *O Observador no Escritório*, Rio de Janeiro: Record.
- BRITO, Casimiro de (2001), *Na Barca do Coração: Um diário no ano 2000 e uma colecção de poemas*, Porto: Campo das Letras.
- COELHO, Eduardo Prado (1992), *Tudo o Que não Escrevi, Diário I (1991-1992)*, Porto: Edições ASA.
- COELHO, Mário Brochado (1989), *Lágrimas de Guerra*, Porto: Afrontamento.
- CHORÃO, João Bigotte (2000), *Galeria de Retratos*, Porto: Lello Editores.
- _____ (2001), *Diário Quase Completo*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- DEBRAY, Régis (2001), *Les diagonales du médialogue: transmission, influence, mobilité*, Paris: Bibliothèque Nationale de France – Conférences del Duca.
- DEFORGES, Régine (2004), *Ce siècle avait trois ans: journal de l'année 2003*, Paris: Seuil.
- DOMENACH, Jean-Marie (2001), *Beaucoup de gueule et peu d'or. Journal d'un réfractaire (1944-1977)*, Paris: Seuil.
- FERREIRA, Vergílio (1980), *Conta-Corrente I*, Lisboa: Bertrand.
- _____ (1983), *Conta-Corrente 3*, Lisboa: Bertrand.
- FREYRE, Gilberto (1975), *Tempo Morto e Outros Tempos. Trechos de um diário de adolescência e primeira idade (1915-1930)*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- GIDE, André (1970), *Journal 1889-1939*, Paris: Gallimard/NRF, Bibliothèque de la Pléiade.
- GIROUD, Françoise (1993), *Journal d'une parisienne – 1993*, Paris: Seuil.
- GREEN, Julien (2001), *En avant par-dessus les tombes. Journal – 1996-1997*, Paris: Fayard.
- GOLDMANN, Lucien (1965), *Pour une sociologie du roman*, Paris: Gallimard.
- LECARME, Jacques e Lecarme-Tabone (1997), Éliane, *L'Autobiographie*, Paris: Armand Colin.
- LEJEUNE, Philippe (1996), *Le pacte autobiographique*, Paris: Seuil (Points).
- _____ (1998), *Pour l'autobiographie*, Paris: Seuil (Points).
- _____ (2000), «*Cher écran...*» – *Journal personnel, ordinateur, Internet*, Paris: Seuil.
- LITS, Marc (1994), *L'essai*, Paris: Didier-Hatier.

- LÖWITH, Karl (1988), *Ma vie en Allemagne avant et après 1933*, Paris: Hachette.
- MACHADO, António (1991), *Juan de Mairena: sentencias, donaires, apuntes y recuerdos de un profesor apócrifo (1936)*, Madrid: Clásicos Castalia.
- MANN, Thomas (2000), *Journal (1940-1955)*, Paris: Gallimard/NRF.
- MORIN, Edgar (1981), *Journal d'un livre (juillet 1980/août 1981)*, Paris: Inter Éditions.
- _____ (1994), *Mes Démons*, Paris: Stock (points).
- _____ (1995), *1994: une année Sisyphe*, Paris: Seuil.
- RÉGIO, José (2000), *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, Aquilino (1975), *É a Guerra*, Lisboa: Bertrand.
- ROCHA, Clara (1992), *Máscaras de Narciso: Estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*, Coimbra: Almedina.
- SARAMAGO, José (1994), *Cadernos de Lanzarote (Diário I)*, Lisboa: Caminho.
- SOLLERS, Philippe (1999), *L'année du Tigre – journal de l'année 1998*, Paris: Seuil.
- TORGA, Miguel (1995), *Diário*, vols. IX a XVI, Lisboa: Dom Quixote.

2. Artigos

- LISBOA, Eugénio (2000), «Revelação e Mistério: O Diário de José Régio», in José Régio, *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MORÃO, Paula (1994), «O Secreto e o Real: Caminhos contemporâneos da autobiografia e dos escritos intimistas», *Românica – Revista de Literatura*, n.º 3 (Biografia e Autobiografia), Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Cosmos.
- WHITE, Kenneth (1994), «Le journal de Thoreau: un chantier de géopolitique», in Michel Granger (org.), *Cahier Henry D. Thoreau*, Paris: L'Herne, n.º 65.